



Prefeitura Municipal de Nortelândia - MT

Concurso Público 001/2019

Cargo: Advogado (Prefeitura Municipal) – Advogado (Câmara Municipal)

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Nesta prova você encontrará 12 páginas numeradas sequencialmente, contendo 80 questões objetivas, correspondentes as seguintes disciplinas: Direito Constitucional (10); Direito Administrativo (15); Direito Tributário (10); Direito Financeiro (10); Direito Ambiental (05); Direito Empresarial (05); Processo Civil e Civil (10); Direito do Trabalho e Processo do Trabalho (10); Legislação Municipal (05). Verifique se seu nome e número de inscrição estão corretos no cartão de respostas. (Se houver erro, comunique o fiscal);
2. Verifique se o caderno de provas se refere ao cargo para o qual você se inscreveu. Caso o cargo esteja divergente, solicite ao fiscal de sala para que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido;
3. Assine e preencha o cartão de respostas nos locais indicados, com caneta azul ou preta;
4. Verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique o fiscal. Marque o cartão de respostas cobrindo fortemente o espaço correspondente a letra a ser assinalada, conforme o exemplo no próprio cartão de respostas;
5. A leitora óptica não registrara as respostas em que houver falta de nitidez e/ou marcação de mais de uma alternativa;
6. O cartão de respostas não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado. Exceto sua assinatura e os dados solicitados, nada deve ser escrito ou registrado fora dos locais destinados as respostas;
7. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o cartão de respostas;
8. Você dispõe de 04h (quatro) horas para fazer esta prova. Reserve os 20 (vinte) minutos finais para marcar o cartão de respostas;
9. O candidato só poderá retirar-se do setor de prova 01 hora após seu início;
10. O candidato só poderá levar esse caderno de prova, 03 horas, após seu início.
11. É terminantemente proibido o uso de telefone celular, pager ou similares.
12. Os três últimos candidatos, deverão aguardar o lacramento dos malotes contendo os gabaritos.

BOA SORTE!!!

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Acerca do histórico das constituições brasileiras, assinale a alternativa correta:

- a. A Constituição de 1824 reservou uma zona de 14.400 km², no Planalto Central, para a fixação da futura Capital.
- b. A Constituição de 1934 previu expressamente o mandado de segurança.
- c. A Constituição de 1967 exprimiu o esforço por superar o Estado autoritário e reinstalar a democracia representativa.
- d. A Constituição de 1964 habilitou o Presidente da República a legislar por atos institucionais.

2. Acerca do histórico das constituições brasileiras, julgue os itens a seguir:

- I. A Constituição de 1934 instituiu o mecanismo da suspensão, pelo Senado, das leis invalidadas pelo STF;
- II. A tónica da Constituição de 1937 foi o fortalecimento do Legislativo, instalando, ainda que por pouco tempo, o parlamentarismo;
- III. A Constituição de 1824 foi outorgada por D. Pedro I, depois de dissolvida a assembleia constituinte convocada no ano anterior.

Assinale a alternativa correta:

- a. Apenas a assertiva II está correta.
- b. Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- c. Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- d. Apenas as assertivas I e III estão corretas.

3. Acerca dos elementos das constituições, julgue os itens a seguir:

- I. Os elementos socio ideológicos são os dispositivos de cunhos ideológicos e principiológicos previstos na Constituição;
- II. Os elementos formais de aplicabilidade são os dispositivos constitucionais que auxiliam na aplicação de outras normas constitucionais;
- III. Os elementos orgânicos são aqueles que limitam o poder do Estado, fixando direitos à população.

Assinale a alternativa correta:

- a. Apenas a assertiva II está correta.
- b. Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- c. Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- d. Apenas as assertivas I e III estão corretas.

4. São espécies de poder constituinte, exceto:

- a. poder constituinte difuso.
- b. poder constituinte concentrado.
- c. poder constituinte originário.
- d. poder constituinte supranacional.

5. O poder constituinte originário é:

- a. Inicial, uma vez que pode ser exercido de qualquer maneira, não possuindo formas preestabelecidas de manifestação.
- b. Permanente, pois não se esgota com o uso.
- c. Incondicionado, já que antecede o ordenamento jurídico, ou seja, existe antes do surgimento das leis.
- d. Irrestrito, pois cria uma Constituição de um país.

6. Acerca de poder constituinte, julgue os itens a seguir:

- I. O Distrito Federal é possuidor do poder constituinte derivado decorrente, pois, embora não tenha uma “constituição distrital”, o STF entende que a Lei Orgânica do Distrito Federal tem *status* de Constituição Estadual;
- II. O poder constituinte derivado decorrente é secundário, já que tem origem na própria Constituição, por isso, trata-se de um poder de fato;
- III. O poder constituinte derivado reformador pode se manifestar através da revisão constitucional ou da emenda constitucional.

Assinale a alternativa correta:

- a. Apenas a assertiva II está correta.
- b. Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- c. Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- d. Apenas as assertivas I e III estão corretas.

7. Acerca da classificação das constituições, julgue os itens a seguir:

- I. As constituições semânticas são as que logram ser lealmente cumpridas por todos os interessados, limitando, efetivamente, o poder;
- II. As constituições-garantia tendem a concentrar a sua atenção normativa nos aspectos de estrutura do poder, cercando as atividades políticas das condições necessárias para o seu correto desempenho;
- III. A rigidez constitucional é atributo que se liga muito proximamente ao princípio da supremacia da Constituição.

Assinale a alternativa correta:

- a. Apenas a assertiva II está correta.
- b. Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- c. Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- d. Apenas as assertivas I e III estão corretas.

8. Acerca da aplicabilidade das normas constitucionais, julgue os itens a seguir:

- I. As normas de eficácia plena são idôneas para produzir todos os efeitos previstos, isto é, podem disciplinar de pronto as relações jurídicas, uma vez que contêm todos os elementos necessários;
- II. As normas de eficácia contida não são autoexecutáveis, se diferenciam das normas de eficácia plena pela circunstância de poderem ser restringidas;



17. Acerca de licitação, assinale a alternativa correta:

- a. A técnica licitatória do menor preço busca sempre a oferta do menor valor monetário.
- b. A licitação na modalidade melhor técnica pode ser utilizada para contratação de serviços de qualquer natureza.
- c. A licitação do tipo maior lance se verifica para alienação, pela Administração Pública, de bens e direitos, é apropriada para a modalidade licitatória de leilão.
- d. A modalidade de licitação do menor preço só poderá ser utilizada para contratação de serviços que não possuam nenhuma característica especial.

18. Acerca da licitação, em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, aos bens e serviços:

- a. Produzidos no Brasil.
- b. Produzidos ou prestados por empresas de países integrantes do Mercosul.
- c. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e tecnologia com os quais o Brasil tenha parceria.
- d. Produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional.

19. Acerca dos agentes públicos e dos particulares em colaboração com o Poder Público, julgue os itens a seguir:

- I. Os credenciados atuam em nome do Estado em virtude de convênios celebrados com o Poder Público;
- II. Os designados, também chamados de “agente honoríficos”, são todos aqueles que atuam em virtude de convocação efetivada pelo Poder Público, e têm obrigação de participar, sob pena de sanção;
- III. Os agentes políticos são aqueles detentores de mandatos eletivos, bem como, secretários e ministros de Estado.

Assinale a alternativa correta:

- a. Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- b. Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c. Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d. Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

20. Acerca dos agentes públicos é correto afirmar:

- a. A nomeação é a única forma de provimento originário, dependendo de prévia habilitação em concurso público.
- b. A investidura do agente público no cargo se dá com a nomeação.
- c. O momento da nomeação deve ser previamente estabelecido no edital do concurso público.
- d. Por meio de promoção, o agente público pode assumir um cargo mais elevado, mesmo que em outra carreira.

21. Acerca da organização administrativa, julgue os itens a seguir:

- I. As agências reguladoras executam suas atividades com maior liberdade de atuação, embora ainda sujeitas a supervisão ministerial;
- II. Os dirigentes de agências reguladoras podem ser livremente nomeados e exonerados pelo Presidente da República;
- III. As agências reguladoras detêm poder normativo, podendo editar resoluções com orientações de natureza técnica.

Assinale a alternativa correta:

- a. Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- b. Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c. Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d. Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

22. Acerca da intervenção do Estado na propriedade privada, julgue os itens a seguir:

- I. Os bens imóveis confiscados por conterem culturas ilegais de psicotrópicos e/ou exploração de trabalho escravo, serão destinados a programas de habitação popular.
- II. A desapropriação é forma originária de aquisição da propriedade e é o procedimento pelo qual o Estado transforma compulsoriamente bem de terceiro em propriedade pública, pagando indenização prévia;
- III. O tombamento pode ser compulsório quando o proprietário se recusar a anuir, devendo ser instaurado procedimento administrativo.

Assinale a alternativa correta:

- a. Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- b. Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c. Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d. Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

23. Acerca da intervenção do Estado na propriedade privada é correto afirmar que:

- a. Os bens públicos não contemplam a hipótese de tombamento.
- b. A servidão poderá ser extinta caso o Poder Público adquira o bem.
- c. As intervenções na propriedade não podem decorrer da prática de ilegalidade no exercício do domínio.
- d. A requisição depende de prévia autorização judicial.

24. Acerca dos Tribunais de Contas, assinale a alternativa correta:

- a. Os Tribunais de Contas têm competência para fiscalização apenas dos entes da administração pública direta.
- b. Não cabe aos Tribunais de Contas apreciar a constitucionalidade de leis ou de atos do poder público.



- c. Os Tribunais de Contas dos Municípios, órgãos auxiliares das Câmaras Municipais, foram extintos pela Constituição Federal de 1988.
- d. Os Tribunais de Contas são órgãos auxiliares do Poder Legislativo no controle externo.

25. Acerca da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), assinale a alternativa incorreta:

- a. A LRF estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.
- b. A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.
- c. As disposições da LRF obrigam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- d. A concessão de incentivo fiscal sem observância das condições exigidas pela LRF não constitui ato de improbidade administrativa pois não causa lesão ao erário.

DIREITO TRIBUTÁRIO

26. Assinale a alternativa incorreta.

- a) O Imposto de Importação tem exceção ao Princípio da Anterioridade do exercício financeiro, por ter características marcadamente extrafiscais.
- b) As Contribuições para Financiamento da Seguridade Social não estão sujeitas a anterioridade do exercício financeiro, mas estão sujeitas a Anterioridade Nonagesimal.
- c) No que concerne aos empréstimos compulsórios de guerra ou calamidade pública e a aos impostos extraordinários de guerra, a não sujeição à Anterioridade deve-se à urgência na obtenção de recursos para enfrentar as graves situações que autorizam a instituição dos tributos.
- d) Configura aumento de tributo a redução ou extinção de desconto legalmente previsto, portanto sobre tal fato deve incidir o Princípio da Anterioridade.

27. Assinale a alternativa que contempla somente espécies de impostos municipais:

- a) Imposto sobre Transmissão de Bens Inter Vivos (ITBI); Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU); Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).
- b) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU); Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD).
- c) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN); Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU); Imposto sobre Transmissão de Bens Inter Vivos (ITBI).
- d) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN); Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU); Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD).

28. Acerca dos tributos, levando em consideração jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a alternativa incorreta.

- a) É inconstitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, mesmo que não haja integral identidade entre uma base e outra.
- b) A cobrança de taxa de matrícula nas universidades públicas viola o disposto no art. 206, IV, da Constituição Federal.
- c) A Contribuição Confederativa de que trata o artigo 8, IV da Constituição Federal, só é exigível dos filiados ao sindicato respectivo.
- d) O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) é lançado por homologação, pois é o próprio sujeito passivo que, a cada fato gerador, calcula o montante do tributo devido e antecipa o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa.

29. Analise as assertivas em verdadeiras ou falsas.

I – Competência tributária é o poder constitucionalmente atribuído para editar leis que versem sobre tributos e relações jurídicas a ele pertinentes.

II – Competência para legislar sobre direito tributário é o poder constitucionalmente atribuído de editar leis que instituem tributos. Assinale a alternativa correta.

- a) Ambas assertivas são verdadeiras.
- b) Somente a assertiva I é verdadeira.
- c) Somente a assertiva I é Falsa.
- d) Ambas as assertivas são falsas.

30. Assinale a alternativa incorreta.

- a) O Código Tributário Nacional traz rol exemplificativo dos casos de suspensão da exigibilidade do Crédito Tributário.
- b) O depósito do montante integral do Crédito Tributário é causa de suspensão da exigibilidade do mesmo.
- c) A Concessão de medida liminar em mandado de segurança é causa de suspensão da exigibilidade do Crédito Tributário.
- d) O Parcelamento é uma das causas de suspensão da exigibilidade do Crédito Tributário.

31. Analise as assertivas.

I – Excluir o Crédito Tributário significa impedir a sua constituição. Trata-se de situações em que, não obstante a ocorrência do fato gerador e o conseqüente nascimento da obrigação tributária, não pode haver lançamento, de forma que não surgirá Crédito Tributário, não existindo, portanto, obrigação de pagamento.

II – A isenção pode ser concedida em caráter geral ou em caráter individual.

III – Isenções tributárias concedidas, sob condição onerosa, podem ser livremente suprimidas.

Assinale a alternativa que contemple somente as assertivas verdadeiras.

- a) I, II e III são verdadeiras. c) Somente II e III são verdadeiras.
b) Somente a I é verdadeira. d) Somente a III é verdadeira.

32. Analise as assertivas em verdadeiras ou falsas.

I – São Privilégios Tributários as regras que asseguram direitos. Em matéria tributária, os Privilégios facilitam a entrada do Estado no patrimônio particular para receber a prestação relativa ao tributo.

II – As regras sobre os privilégios do Crédito Tributário têm sua aplicabilidade nos casos em que há cobrança coletiva de créditos, como ocorre nos processos de falência, recuperação judicial, inventário, arrolamento e liquidação de empresas.

Assinale a alternativa que contemple a resposta correta.

- a) Somente a I é verdadeira. c) I e II são verdadeiras.
b) Somente a II é verdadeira. d) I e II são falsas.

33. Assinale a alternativa incorreta.

a) Multa Tributária não é tributo, mas a obrigação de pagá-la tem natureza tributária.

b) Em Direito Tributário, tanto um crédito quanto os respectivos juros e multas são considerados obrigação tributária principal, pois o enquadramento de uma obrigação principal depende exclusivamente do seu conteúdo pecuniário.

c) Segundo o Código Tributário Nacional, a obrigação acessória tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

d) No que concerne às entidades imunes, as obrigações acessórias não existem.

34. Assinale a alternativa correta.

a) No "Autolancamento", a participação do sujeito passivo na atividade privativa da autoridade fiscal é nula ou quase nula. Daí a denominação doutrinária e legal, visto que, nesta modalidade a autoridade fiscal, como decorrência do poder-dever imposto por seu ofício, diretamente procede ao lançamento do tributo, sem colaboração relevante do devedor.

b) O Lançamento por declaração, também pode ser chamado de Lançamento Direto.

c) O Lançamento misto é efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiros, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato indispensáveis à sua efetivação.

d) O Lançamento de Ofício, também pode ser chamado de Lançamento por homologação.

35. Analise as seguintes assertivas.

I – As Contribuições de Melhoria são utilizadas para a realização de obra pública.

II – O Fato gerador da contribuição de melhoria não é a realização da obra, mas sim sua consequência, a valorização imobiliária.

III – Não é todo benefício proporcionado pela obra ao particular que legitima a cobrança da contribuição de melhoria.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas I está correta. c) Apenas I e III está correta.
b) Apenas II e III estão corretas. d) Todas estão corretas.

DIREITO FINANCEIRO

36. Analise as assertivas a seguir em verdadeiro ou falso.

I – O Direito Financeiro consiste no ramo do direito público que estuda as finanças do Estado em sua estreita relação com a sua atividade financeira.

II – Direito Financeiro e Ciências das Finanças se confundem enquanto ciências do direito.

III – A distinção doutrinária entre o direito financeiro e o direito tributário não possui qualquer suporte constitucional.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente I é verdadeira. c) Somente III é Verdadeira.
b) Somente II é Falsa. d) Somente I é falsa.

37. Assinale a alternativa incorreta.

a) Para uma concepção moderna do Orçamento Público, ele é tido como lei que programa a vida financeira do Estado, permitindo-se até mesmo haver endividamento deste, em atenção sobretudo, aos interesses públicos da sociedade.

b) O limite das emendas individuais ao projeto de lei orçamentária é calculado com base na receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo.

c) O tema da natureza jurídica do orçamento público, historicamente, tem sido posicionamento unânime pelo STF: trata-se de lei meramente formal.

de vias públicas. Isso porque a pavimentação de vias públicas não pode ser enquadrada no conceito de ação social previsto no art. 26 da Lei 10.522/02.

d) Os créditos de natureza alimentícia gozam de preferência, desvinculados os precatórios da ordem cronológica dos créditos de natureza diversa.

DIREITO AMBIENTAL

46. Assinale a alternativa incorreta.

- a) Do ponto de vista constitucional, o Direito Ambiental é antropocêntrico, ou seja, o homem é a razão da tutela do meio ambiente.
- b) O meio ambiente é bem de uso comum do povo.
- c) O direito de propriedade é limitado, sendo que, em relação ao meio ambiente ele é limitado em razão da função socioambiental.
- d) Recursos Ambientais e Recursos Naturais são terminologias sinônimas, que designam os elementos da natureza.

47. Art. 216, §1 da CF “O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”.

Acerca da tutela do patrimônio cultural brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) Registro decorre do poder de polícia e consiste no exercício do cuidado constante dos bens culturais.
- b) Inventário é a forma de tutela através da identificação e descrição do bem cultural, com catalogação de suas principais características físicas, e culturais bem como seu estado de conservação.
- c) Vigilância é a forma de tutela do patrimônio cultural brasileiro, por meio de sua identificação, e assinalamento em livros específicos.
- d) O Ministro do Meio Ambiente é parte legítima para provocar a instauração do processo de Registro.

48. Levando em consideração a CF/88, assinale o bioma que é patrimônio nacional.

- a) Serra do Mar.
- b) Cerrado.
- c) Caatinga.
- d) Pampas.

49. Acerca do Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EPIA ou EIA), assinale a alternativa incorreta.

- a) O EPIA é um estudo multidisciplinar, realizado por equipe multidisciplinar que tem como instrumento a prevenção.
- b) O EPIA possui status constitucional.
- c) Embora o Estudo Prévio de Impacto Ambiental deva ser público, é ressalvado a hipótese de sigilo industrial.
- d) A elaboração do programa de acompanhamento e monitoramento (sobre os impactos positivos e negativos), podem ser dispensados do EPIA.

50. Assinale a alternativa incorreta.

- a) O princípio do usuário-pagador estabelece que quem utiliza um recurso ambiental pode ser compelido ao pagamento pelo uso.
- b) Segundo o princípio do poluidor pagador, o poluidor deve arcar com os custos sociais que a sua atividade impactante causar (externalidades negativas).
- c) O princípio da precaução estabelece o dever de prevenir os impactos ambientais, pois eles, como regra, são irreversíveis ou reversíveis a longo prazo.
- d) O princípio da precaução aplica-se, também, na hipótese de potencial perigo ao meio ambiente e à saúde humana.

DIREITO EMPRESARIAL

51. Assinale a alternativa incorreta.

- a) O empresário individual não tem personalidade jurídica, não há separação patrimonial, isso significa que ele é titular de um único patrimônio, o qual envolve os bens pessoais e também os bens empresariais.
- b) Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos.
- c) O empresário casado pode, desde que com outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.
- d) O empresário que instituir sucursal, filial ou agência, em lugar sujeito à jurisdição de outro Registro Público de Empresas Mercantis, neste deverá também inscrevê-la, com a prova da inscrição originária.

52. Assinale a alternativa incorreta.

- a) A empresa individual de responsabilidade limitada será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não será superior a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.
- b) A pessoa natural que constituir empresa individual de responsabilidade limitada somente poderá figurar em uma única empresa dessa modalidade.



- c) A empresa individual de responsabilidade limitada também poderá resultar da concentração das quotas de outra modalidade societária num único sócio, independentemente das razões que motivaram tal concentração
- d) Somente o patrimônio social da empresa responderá pelas dívidas da empresa individual de responsabilidade limitada, hipótese em que não se confundirá, em qualquer situação, com o patrimônio do titular que a constitui, ressalvados os casos de fraude.

53. Assinale a alternativa incorreta.

- a) O uso da firma ou denominação social é privativo dos sócios da sociedade limitada.
- b) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.
- c) O contrato social poderá prever a regência supletiva da sociedade limitada pelas normas da sociedade anônima.
- d) A sociedade limitada é administrada por uma ou mais pessoas designadas no contrato social ou em ato separado.

54. São direitos básicos do Consumidor, previstos no Código de Defesa do Consumidor, exceto.

- a) Instituição de Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor, no âmbito do Ministério Público
- b) Manutenção de assistência jurídica, integral e gratuita para o consumidor carente.
- c) A adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.
- d) A efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos.

55. O Marco Civil na Internet, trazido pela Lei 12.965/14, tem os seguintes princípios, exceto:

- a) Proteção da privacidade.
- b) Preservação e garantia da neutralidade de rede.
- c) Preservação da natureza participativa da rede.
- d) A promoção do direito de acesso à internet a todos.

PROCESSO CIVIL E CIVIL

56. Assinale a alternativa incorreta, acerca da Tutela Cautelar.

- a) Qualquer tutela definitiva, e somente a tutela definitiva, pode ser concedida provisoriamente. As espécies de tutela definitiva são, por isso, as espécies de tutela provisória.
- b) A revogação ou modificação de uma tutela provisória só pode dar-se em razão de uma alteração do estado de fato ou de direito ou do estado de prova.
- c) O pedido de tutela provisória incidental não se submete à preclusão temporal, podendo ser formulado a qualquer tempo.
- d) Após a prolação da sentença não é cabível a tutela provisória, pois a fase processual é alterada.

57. Assinale a alternativa em acordo com o Código de Processo Civil Brasileiro.

- a) Efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 15 (quinze) dias, caso em que será apresentado nos mesmos autos em que deduzido o pedido de tutela cautelar, não dependendo do adiantamento de novas custas processuais.
- b) Salvo as disposições concernentes à gratuidade da justiça, incumbe ao autor prover as despesas dos atos que as partes realizarem ou requererem no processo, antecipando-lhes o pagamento, desde o início até a sentença final ou, na execução, até a plena satisfação do direito reconhecido no título.
- c) As despesas dos atos processuais praticados a requerimento da Fazenda Pública, do Ministério Público ou da Defensoria Pública serão pagas ao final pelo vencido.
- d) Nos procedimentos de Jurisdição Voluntária, as despesas serão adiantadas e rateadas entre os interessados.

58. Assinale a alternativa em consonância com o Código de Processo Civil Brasileiro.

- a) Acerca dos processos em segredo de justiça, o Código de Processo Civil afirma que, o terceiro que demonstrar interesse jurídico pode requerer ao juiz acesso aos autos.
- b) É lícito o uso de taquigrafia, da estenotipia ou de outro método idôneo em qualquer juízo ou tribunal.
- c) As partes poderão exigir recibo de petições, arazoados, papéis e documentos que entregarem em protocolo, caso seja feito em cartório deve ser feito apenas o Termo de Carga a ser assinado por aquele que recebeu.
- d) Na comarca, seção ou subseção judiciária onde for difícil o transporte, o juiz poderá prorrogar os prazos por até 3 (três) meses.

59. Assinale a alternativa incorreta.

- a) Jurisdição é a função atribuída a terceiro imparcial de realizar o Direito de modo imperativo e criativo (reconstrutivo), reconhecendo/efetivando/protegendo situações jurídicas concretamente deduzidas, em decisão insuscetível de controle externo e com aptidão para tornar-se indiscutível.
- b) A Indelegabilidade é um dos princípios da Jurisdição. Tal princípio informa que: O exercício da função jurisdicional não pode ser delegado.
- c) Permite-se ao STF delegar atribuições para a prática dos atos processuais relacionados à execução dos seus julgados. Contudo, tal prática não ofende a indelegabilidade.



d) Embora o direito de ação seja um complexo de situações jurídicas ele se trata de direito de conteúdo eficaz único. O direito de ação contém a possibilidade de provocar o Judiciário, de escolher o procedimento, à tutela jurisdicional e, ainda a possibilidade do recurso, contudo, há apenas um direito de resposta definitiva do judiciário, seja negativa ou positiva.

60. Assinale a alternativa incorreta.

- a) A competência da Justiça Federal é constitucional e taxativa. Ou seja, não comporta ampliação por norma infraconstitucional.
- b) A presença do Ministério Público Federal equivale à presença da União para fim de determinação de competência da Justiça Federal.
- c) Compete a Justiça Federal processar e julgar execução fiscal promovida por conselho de fiscalização profissional.
- d) Não tem o TRF competência para julgar recurso interposto contra decisão de juiz estadual sem investidura federal.

61. Levando em consideração a Lei 10.406/02, assinale a alternativa incorreta.

- a) Se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida, pode ser decretado a morte presumida, sem decretação de ausência.
- b) Serão registrados em registro público a sentença declaratória de morte presumida.
- c) A sentença declaratória de ausência será averbada em registro público.
- d) Serão registrados em registro público a interdição por incapacidade relativa.

62. Assinale a alternativa incorreta.

- a) Prescreve em cinco anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
- b) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.
- c) Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito privado.
- d) As pessoas jurídicas de direito público, a que se tenha dado estrutura de direito privado, regem-se, no que couber, quanto ao seu funcionamento, pelas normas da Lei 10.406/02.

63. Assinale a alternativa correta.

- a) Pelo contrato de compra e venda, um dos contratantes transfere o domínio de certa coisa, e o outro, se obriga a pagar-lhe certo preço em dinheiro.
- b) Nulo é o contrato de compra e venda, quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.
- c) É lícita a compra e venda entre cônjuges dos bens havidos em comunhão.
- d) Nas coisas vendidas conjuntamente, o defeito oculto de uma autoriza a rejeição de todas.

64. Assinale a alternativa incorreta.

- a) Quando os juros moratórios não forem convencionados, ou o forem sem taxa estipulada, ou quando provierem de determinação da lei, serão fixados segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.
- b) Incorre de pleno direito o devedor na cláusula penal, desde que, culposamente, deixe de cumprir a obrigação ou se constitua em mora.
- c) Para exigir a pena convencional é necessário que o credor alegue prejuízo.
- d) Se a parte que deu as arras não executar o contrato, poderá a outra tê-lo por desfeito, retendo-as; se a inexecução for de quem recebeu as arras, poderá quem as deu haver o contrato por desfeito, e exigir sua devolução mais o equivalente, com atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, juros e honorários de advogado.

65. Acerca do tema “Responsabilidade Civil”, julgue as seguintes proposições em verdadeiro ou falso, após, faça o que se pede.

I - O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.

II - Aquele que habitar prédio, ou parte dele, responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem ou forem lançadas em lugar indevido.

III - O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la transmitem-se com a herança.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas I é verdadeira.
- b) Apenas II é falsa.
- c) Todas são verdadeiras.
- d) Todas são falsas.

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO

66. julgue as assertivas abaixo em verdadeiro ou falso:



- b) Na audiência de julgamento deverão estar presentes o reclamante e o reclamado, independentemente do comparecimento de seus representantes salvo, nos casos de Reclamatórias Plúrimas ou Ações de Cumprimento, quando os empregados poderão fazer-se representar pelo Sindicato de sua categoria.
- c) Exceto quanto à reclamação de empregado doméstico, ou contra micro ou pequeno empresário, o preposto deve ser necessariamente empregado do reclamado.
- d) Em hipótese do Reclamante ingressar com 2 ações e faltar em ambas (deu causa ao arquivamento). Para a terceira deverá aguardar o período de 6 meses para ingressar com a ação.

74. Assinale a alternativa incorreta.

- a) A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, desde que não seja beneficiária da justiça gratuita.
- b) Arguida em juízo insalubridade ou periculosidade, seja por empregado, seja por Sindicato em favor de grupo de associado, o juiz designará perito habilitado na forma deste artigo, e, onde não houver, requisitará perícia ao órgão competente do Ministério do Trabalho.
- c) O art. 195 da CLT não faz qualquer distinção entre o médico e o engenheiro para efeito de caracterização e classificação da insalubridade e periculosidade, bastando para a elaboração do laudo seja o profissional devidamente qualificado.
- d) É ilegal a exigência de depósito prévio para custeio dos honorários periciais.

75. Assinale a característica que não é do procedimento Sumário.

- a) Valor da causa deve ser menor ou igual a 5 (cinco) salários mínimos.
- b) Não há citação por edital.
- c) O número de testemunhas é no máximo 2.
- d) Não pode ser parte União, Estados, DF, Municípios, Autarquias e Fundações Públicas.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

76. De acordo com a Lei Orgânica de Nortelândia/MT, serão objeto de lei complementar, exceto:

- a. O Código Tributário do Município.
- b. A Lei Instituidora de Regime Jurídico único dos Servidores Municipais.
- c. O Código de Defesa do Meio Ambiente e Recursos Naturais.
- d. A Lei Instituidora de Fundos de Desenvolvimentos

77. Acerca do processo de emenda à Lei Orgânica de Nortelândia/MT, julgue os itens a seguir:

- I. A proposta de emenda será discutida e votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, considerando-se aprovada se obtiver dois terços dos votos dos membros da Câmara Municipal, em ambos os turnos;
- II. A Lei Orgânica poderá ser emendada mediante proposta da população, subscrita por cinco por cento do eleitorado do Município;
- III. A emenda fica sujeita a referendo, ficando a promulgação sob condição suspensiva.

Assinale a alternativa correta:

- a. Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- b. Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c. Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d. Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

78. A Lei Orgânica de Nortelândia/MT elenca os seguintes objetivos que visam assegurar a política de desenvolvimento urbano, exceto:

- a. O estímulo à preservação de áreas periféricas de produção agrícola e pecuária.
- b. A preservação, a proteção e a recuperação do meio ambiente e da cultura.
- c. A criação e a manutenção de parques de interesse urbanístico, social, ambiental, turístico e de utilização pública.
- d. O pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia do bem-estar de seus habitantes.

79. De acordo com a Lei Orgânica de Nortelândia/MT, são princípios da política habitacional do município:

- a. A formação de programas habitacionais pelo sistema de mutirão e autoconstrução.
- b. Ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.
- c. Estabelecer áreas de conservação ambiental e os "cinturões verdes", destinados à produção hortifrutigranjeira.
- d. A dotação de infraestrutura básica e de equipamentos sociais.

80. De acordo com a Lei Orgânica de Nortelândia/MT, são objetivos da política de assistência social do município:

- a. A contribuição à seguridade social.
- b. A correção dos desequilíbrios do sistema social.
- c. A promoção da integração ao mercado de trabalho.
- d. A criação de programas de amparo e proteção materno-infantil, do menor carente e/ou abandonado e do idoso.

"No meio da dificuldade, encontra-se a oportunidade". (Albert Einstein) Boa Sorte !!!